

Património cultural e investimento público na Região Centro de Portugal. Estudo de caso dos monumentos património da humanidade

Cultural heritage and public investment in the Central Region of Portugal. Case study of world heritage monuments.

Rui Martins

CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
ruim66@gmail.com
ORCID: 0000-0003-0680-4432

Margarida Franca

CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
margfranca@gmail.com
ORCID: 0000-0002-3892-6170

Resumo:

No âmbito dos períodos de programação comunitários, no contexto da região Centro de Portugal, destacamos as iniciativas apoiadas por fundos comunitários, entre 1994 e 1999, que procuraram responder às preocupações europeias de coesão territorial, em particular de valorização do património cultural e turístico existente na região.

No passado recente, no contexto Quadro Comunitário de Apoio designado de MaisCentro (2007-2013) identificamos, inclusivamente, o apoio a programas de ação vocacionados para a promoção e valorização do património classificados pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). Estes programas incluíram projetos, materiais e imateriais, de dinamização da rede de Mosteiros Património da Humanidade de Portugal, onde se inclui o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, o Convento de Cristo de Tomar.

Na atualidade, no âmbito do período de programação comunitária 2014-2020, encontram-se também previstos apoios financeiros para os investimentos em património cultural que visem promover a respetiva conservação e valorização, enquanto instrumento de sustentabilidade dos territórios e da sua valorização turística. Como prioridades no Programa Operacional Regional do Centro designado de Centro 2020, foram definidas como estratégicas a valorização turística de Monumentos Nacionais, incluindo os que se encontram na lista do Património Mundial (UNESCO) e o contributo para a dinamização económica local, através da criação de emprego, de riqueza e da programação cultural em rede. As entidades beneficiárias aos fundos comunitários neste âmbito são os municípios, as Comunidades Intermunicipais, a Direção-Geral do Património Cultural, a Direção Regional de Cultura do Centro, entre entidades promotoras.

A presente comunicação procura identificar, na região Centro de Portugal, os investimentos já realizados, os projetos a realizar e a sua relação com a atratividade da região, a dinamização económica e turística, a diminuição das assimetrias, o reforço da coesão territorial, bem como a salvaguarda e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico (incluindo aquele que já é Património Reconhecido pela UNESCO) e identitário.

Palavras-chave: Recursos do Território; Região Centro; Património Cultural; Política Pública.

Abstract:

In the scope of the European Community programming periods, in the context of the central region of Portugal, we can highlight the initiatives supported by Community funds between 1994 and 1999, which sought to respond to the European concerns of territorial cohesion, in particular the valorisation of the cultural and tourist heritage of the region.

In the recent past, in the context of the Community Support Framework designated MaisCentro (2007-2013), we have also identified support for action programs for the promotion and enhancement of heritage classified by UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). These programs included material and immaterial projects, to revitalize the Portuguese monasteries classified as UNESCO World Heritage,

including the Monastery of Santa Maria de Alcobaça, the Monastery of Santa Maria da Vitoria da Batalha and the Convent of Christ of Tomar.

Currently, in the framework of the 2014-2020 Community programming period, financial support is also provided for investments in cultural heritage aimed at promoting the conservation and enhancement of the cultural heritage as an instrument for the sustainability of the territories and their tourist value. In the aim of “Centre Regional Operational Program”, designated as Centro 2020, the valorisation of National Monuments inscribed in the World Heritage List (UNESCO) and National Monuments were defined as strategic priorities, with their contribution to the local economic dynamism through the creation of employment, wealth and cultural programming network.

The beneficiaries of Community funds in this area are the municipalities, the Intermunicipal Communities, the General Directorate of Cultural Heritage, the Regional Directorate of Culture of the Centre, among promoters.

This Communication seeks to identify, in the Central region of Portugal, the investments already made and the projects to be carried out and their relationship with the attractiveness of the region, the economic and tourist dynamism, the reduction of asymmetries and the strengthening of territorial cohesion, as well as the protection and promotion of historical and cultural heritage with a high touristic relevance (including those that are already UNESCO World) and identity.

Keywords: Territory Resources; Central Region; Cultural heritage; Public policy.

1. Introdução

A cultura tem vindo a assumir, desde 2000, uma importância crescente na definição e implementação de políticas públicas em Portugal e no restante espaço europeu. O investimento em projetos na cultura e no património cultural e turístico tem sido apontado como solução para o desenvolvimento e a coesão territorial. O investimento está ainda associado a um reforço da identidade local e à valorização das marcas e dos territórios.

O impacto dos projetos da cultura em termos económicos e da sociedade é aceite, mas a sua análise permanece complexa, dada a multiplicidade dos factores envolvidos. Alguns autores (e.g. Sacco, 2011) tem procurado definir modelos sobre a ligação entre a cultura e a economia. Em contexto de retração da economia, o setor da cultura tem registado resiliência e, em algumas atividades, demonstrado mesmo a sua vitalidade.

Paralelamente, alguns setores da cultura destacam-se, como as denominadas indústrias culturais e criativas (ICC), e apresentam algum dinamismo em termos da criação de emprego e de riqueza, mas também se regista o surgimento de uma nova classe de empreendedores, mais qualificada e com a incorporação crescente de inovação em diversos conteúdos e nos produtos turísticos e culturais. O setor cultural e criativo pode desempenhar um papel de grande relevância na internacionalização da economia portuguesa (Augusto Mateus e Associados, 2014). Em simultâneo, o perfil da procura por produtos culturais tem sofrido alteração, associada a uma nova atitude dos consumidores na busca por novas experiências (“bússola de experiências”, Lorentzen *et al.*, 2007) e na avaliação da cultura.

O Património Mundial da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), tem vivenciado todas estas dinâmicas resultantes da evolução económica e das políticas públicas. O financiamento e a sua gestão é assegurado por um conjunto de entidades públicas (centrais, regionais e locais) mas também privadas.

A análise da evolução da política pública e dos investimentos apoiados na cultura constituem o objetivo principal desta comunicação. A coerência dos investimentos é também abordada, assim como o seu contributo para o desenvolvimento urbano e regional e para a coesão do território. Neste artigo, foi considerado o património mundial UNESCO relativo à configuração da região Centro, com 100 municípios¹. A análise dos investimentos respeitou esta configuração territorial, ainda que no momento da vigência pudesse estar repartido por outras regiões ou a classificação ainda não tivesse ocorrido.

2. Enquadramento: conceptualização, política e caracterização do setor da cultura

O papel e o potencial da cultura tem sido destacado para acrescentar valor económico e social, embora nem sempre visível no discurso e na política pública.

Pier Luigi Sacco (2011) estabelece um modelo sobre esta ligação entre a cultura e a economia. Sacco, considera três fases nessa ligação: Cultura 1.0,

¹ Em termos administrativos, a Região Centro é composta por 100 municípios. Os municípios encontram-se organizados em oito Comunidades Intermunicipais (CIM), de acordo com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as quais constituem o nível III da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), aprovada pela Comissão Europeia (Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto).

Cultura 2.0 e Cultura 3.0. A Cultura 1.0 está associada ao mecenato e a uma economia pré-industrial, em que não é considerado um setor económico, não estando acessível à maioria das audiências. A Cultura 2.0 surgida com a revolução industrial identifica-se por uma democratização das audiências. É uma nova relação entre a produção cultural e a criação de valor económico, dominado pela expansão das indústrias culturais e criativas. A cultura 3.0 está associada a uma nova vaga de inovações tecnológicas, onde se verifica uma explosão de produtores e em que se torna difícil a separação entre produtores e consumidores. Existe uma participação ativa cultural dos indivíduos, colocando as suas competências para expandir a sua capacidade de expressão, entre outras. Encontra-se num estado preliminar.

Todavia, outros autores (IGOT-UL, 2014) consideram que devem ser combinadas as várias produções artísticas, equipamentos e espaços culturais e artísticos entre si e com os elementos identitários, ou seja, ligar a Cultura 1.0-2.0-3.0, de Sacco (2011).

A política pública deve adaptar-se à interdependência entre a cultura e as indústrias criativas, os restantes setores económicos e a sociedade.

Comparando os vários ciclos de programação de fundos comunitários, 2000-2006 e 2007-2013, verificou-se uma alteração de política, tendo o foco passado do turismo para a indústria cultural e criativa, numa perspetiva do desenvolvimento económico. Esta mudança reflete a alteração da perspetiva da Cultura 1.0 para a Cultura 2.0 e está associada a importantes alterações em termos tecnológicos, de competências, de empregabilidade e de empreendedorismo (Sacco, 2011). O atual período de programação (2014-2020) constitui um desafio para uma mudança de perspetiva e a sua definição e programação deverá conciliar a emergência da Cultura 3.0 com as transformações descritas. A política cultural deverá estar focada na relação entre atividades culturais e a geração de valor acrescentado económico e social. Sacco (2011) considera, pelo menos, oito áreas em que a participação cultural poderá causar significativos efeitos macroeconómicos: inovação, bem-estar, sustentabilidade, coesão social, novos modelos de empreendedorismo, aprendizagem ao longo da vida, “soft power” e a identidade local.

Para além dos conceitos relacionados com a definição e arquitetura dos quadros comunitários, importa conhecer a distribuição espacial dos equipamentos e dos serviços culturais, das atividades culturais e criativas e dos bens imóveis classificados. Embora Florida e Gates (2001), citados por GANEC (2014), considerem que o crescimento (regional e

urbano) está dependente das características da sua população. A concentração de uma classe criativa está associada a uma maior inovação e desenvolvimento tecnológico. O CEDRU (2014), considera que a administração pública nos setores cultural e criativo deve adequar-se às mudanças tecnológicas.

Por outro lado, é considerado que a recuperação de património e as infraestruturas culturais têm impacto no crescimento regional e local. Todos os investimentos têm de alguma forma um impacto na sociedade, podendo ter efeitos diretos e indiretos. Existem vários métodos de quantificação que podem ser aplicados à cultura: “input-output”, efeitos multiplicadores, efeitos de aceleração, despesas gerais, efeitos derivados, efeitos de gravitação, efeitos “não-económicos” (e.g. reforço da identidade dos residentes), efeitos contrários (e.g. efeitos na mobilidade, reforço de investimentos em infraestruturas) (Bowitz e Ibenholt, 2006). Outras metodologias tem sido apresentadas na área da cultura, por exemplo para o cálculo de multiplicadores de eventos culturais (Universidade do Algrave, 2014).

Em Portugal, o setor cultural e criativo, de acordo com a estimativa do Instituto Nacional de Estatística (INE), empregava 85,2 mil pessoas em 2015, representando 1,9% do emprego total. Em termos regionais, cerca de metade do emprego daquele setor (46,7%) estava concentrado na Área Metropolitana de Lisboa, representando ainda 3,3% do total da economia. A região Centro, empregava cerca de 12 mil pessoas, com 1,1% do emprego total. Face ao ano anterior (2014), verificou-se em Portugal um aumento de 8,7% da população empregada, o dobro do verificado no Centro de Portugal. No entanto, a população empregada neste setor é ainda caracterizada por ser mais jovem e escolarizada que nos restantes setores da atividade económica. Todavia, o comportamento da balança comercial do setor cultural e criativo foi deficitário, em cerca de 94 milhões de euros.

De acordo com o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), existiam em Portugal cerca de 50 mil empresas culturais e criativas (Quadro I), com um volume de negócios de 4,5 mil milhões de euros em 2014, mais de 2,3% do que em 2013. O resultado líquido no período foi de 136 milhões de euros. Em termos regionais, a Área Metropolitana de Lisboa concentrava cerca de metade (45,6%) das empresas e dois terços (66,2%) do volume de negócios. Nas posições seguintes destacavam-se as regiões do Norte e Centro, com 25,6% e 16,1% das empresas culturais e criativas, respetivamente.

Em termos urbanos e locais, as autarquias locais desempenham um papel relevante enquanto promotores e dinamizadores da atividade cultural e criativa. As despesas das câmaras municipais em atividades culturais e criativas foram de 392 milhões de euros em 2015, refletindo um aumento de 11% face a 2014. Em termos regionais, destacaram-se o Alentejo, o Algarve e o Centro, com 73,1 euros, 48,5 euros e 46,3 euros *per capita*, respetivamente. Em termos municipais, destacam-se nove municípios (Figura 1) com um valor superior a 200 euros *per capita*: Mora (519), Viana do Alentejo (443), Elvas (335), Idanha-a-Nova (308), Alfândega da Fé (289), Vila Velha de Ródão (246), Alter do Chão (229), Almodôvar (228) e Castro Marim (212). No sentido oposto, 12 municípios apresentavam menos de 10 euros *per capita* de despesa em atividades culturais e criativas: Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Gondomar, Paredes, Vila Nova de Gaia, Ribeira Brava, Marco de Canaveses, Vizela, Paços de Ferreira, Santa Cruz e Castelo de Paiva. Na análise de séries mais longas, verifica-se uma diminuição das despesas nos dois anos seguintes às eleições autárquicas (ICS, FLUP e CIES, 2014).

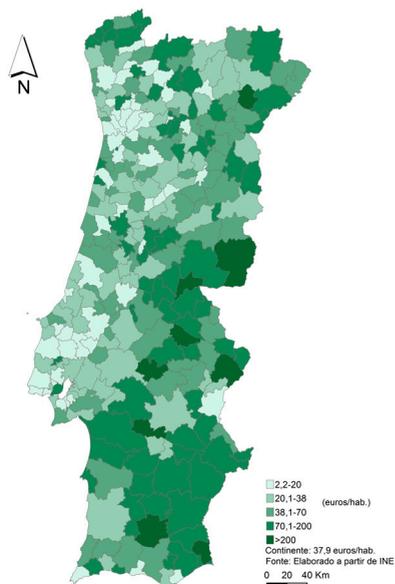


Figura 1
Despesas per capita em atividades culturais e criativas das autarquias, 2015.
Fonte: INE.

A análise das despesas da administração central com a cultura demonstra uma progressiva diminuição, situando-se em 2012 em 0,12% do Produto Interno Bruto (PIB). No sentido contrário, as despesas das famílias em lazer, distração e cultura têm registado um crescimento continuado (ICS, FLUP e CIES, 2014).

O setor cultural e criativo pode ainda ser caracterizado, por exemplo, pelas seguintes variáveis: o Património Mundial da UNESCO, os bens imóveis classificados, os museus e os seus visitantes (Quadro II). Atualmente, da lista de Património da UNESCO fazem parte 15 monumentos e sítios portugueses. Da região Centro figuram: Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, o Convento de Cristo de Tomar e a Universidade de Coimbra - Alta e Sofia (Figura 2).

Em termos regionais, a maioria (53%) do património e dos bens imóveis classificados estão concentrados nas regiões Norte e Centro de Portugal. Todavia, no número de visitantes dos museus destaca-se a Área Metropolitana de Lisboa com cerca de metade (48%) do total, dos quais 52% são estrangeiros. Em termos relativos, a região Centro possui a menor representatividade de estrangeiros (19%) no total de visitantes.



Figura 2
Localização do Património Mundial UNESCO na região Centro de Portugal.
Fonte: Elaboração dos autores.

Quadro I
Principais variáveis nas atividades culturais e criativas, por região (NUTS II).

Região (NUTS II)	Atividades culturais e criativas ⁽¹⁾				Despesas em atividades culturais e criativas dos municípios	
	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume de negócios	Resultado líquido do período	Total	Per capita
	2014				2015	
	N.º		1000 Euros		Milhões de Euros	Euros
Portugal	50.671	83.451	4.502.000	136.215	392	37,9
Continente	48.866	80.866	4.431.794	130.741	375	38,1
Norte	12.956	20.939	887.037	22.821	114	31,5
Centro	8.146	11.312	348.545	23.003	104	46,3
AM de Lisboa	23.125	42.359	2.981.586	68.005	83	29,5
Alentejo	2.261	3.002	104.878	8.984	53	73,1
Algarve	2.378	3.254	109.748	7.929	21	48,5
RA dos Açores	876	1.230	27.858	1.780	11	45,8
RA da Madeira	929	1.355	42.348	3.694	6	22,0

Notas: ⁽¹⁾Inclui as seguintes classes da CAE-Rev.3: 4761, 4762, 4763, 5811, 5813, 5814, 5821, 5911, 5912, 5913, 5914, 5920, 6010, 6020, 6391, 7111, 7311, 7410, 7420, 7430, 7722, 8552, 9001, 9002, 9003, 9004, 9101, 9102 e 9103. SCIE - Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura 2015; INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais; INE, Estimativas anuais da população residente.

Quadro II
Património e bens imóveis classificados e museus, por região (NUTS II).

Região (NUTS II)	Património Mundial UNESCO	Bens imóveis classificados				Museus	
		Total	Monumentos Nacionais	Imóveis de Interesse Público	Imóveis de Interesse Municipal	Total	Visitantes
	2017		2015				
	N.º						
Portugal	15	4.451	819	2.859	773	388	13.660.668
Continente	12	3.986	810	2.660	516	358	13.237.551
Norte	4	1.352	272	981	99	111	4.132.597
Centro	4	1.113	187	709	217	95	1.589.612
AM de Lisboa	2	642	105	437	100	75	6.559.141
Alentejo	2	717	220	423	74	64	595.164
Algarve	0	162	26	110	26	13	361.037
RA dos Açores	2	295	2	141	152	14	203.283
RA da Madeira	1	170	7	58	105	16	219.834

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura 2015 e <http://whc.unesco.org/en/list/>.

3. A cultura nos vários quadros comunitários de apoio (2000-2020)

A política cultural, o património, os projetos e os investimentos serão de seguida analisados no III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) 2000-2006, no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 e no Portugal 2020 (2014-2020).

Nos últimos quadros comunitários de apoio o setor da cultura tem merecido um destaque variável, indo desde um programa operacional próprio (2000-2006), até a uma dimensão transversal em vários programas operacionais (2007-2013). Os projetos cofinanciados e os investimentos encontram-se inscritos não só no domínio cultura, mas também é reconhecida a sua importância em intervenções de reabilitação e de regeneração urbana (Figura 3). De início, o destaque era colocado no património e nas infraestruturas culturais, mais do que em redes e pólos continuados de animação ou na produção artística.

3.1. O III QCA e o PO CULTURA

No período compreendido entre 2000-2006 vigorava, em Portugal, o QCA III. A cultura beneficiava da existência de um Programa de apoio financeiro próprio designado de **Programa Operacional da Cultura (POC)**, em que os projetos e iniciativas eram cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Este programa veio substituir os programas “Caleidoscópio” (1996-1999), Ariana (1997-1999) e o programa Rafaël (1997-1999), todos eles desenvolvidos após o Tratado de Maastricht

e do reforço da cultura como setor determinante para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros. Neste Tratado é destacado o património comum de todos os territórios, mas também o que é singular e único de cada um dos países (artigo 128º do Tratado de Maastricht). Este desafio é tanto mais complexo quando, no que diz respeito à construção da cidadania e identidade europeias se ponderava, cada vez mais, os efeitos da globalização e massificação cultural, obrigando a um esforço acrescido na valorização do património construído e na adaptação aos novos meios de comunicação globais.

Tendo presente que a cultura contribui decisivamente para a qualificação dos recursos humanos, o POC foi definido tendo em conta quatro objetivos principais: 1) promoção do emprego e coesão social; 2) desenvolvimento do perfil produtivo do país; 3) promoção o desenvolvimento sustentado das regiões e promoção da coesão nacional e 4) promoção a proteção do ambiente e a igualdade de oportunidades.

No início do século XX, estávamos segundo o modelo de Sacco (2011) perante um modelo de cultura 1.0, onde a cultura é assumida como um meio de diferenciação social, sendo que a produção e o acesso à cultura estavam limitados. As políticas culturais públicas, em particular o POC, permitiu consolidar a ideia da cultura como um fator económico, de integração social e de cidadania e, neste sentido, um fator que concorre para o reforço e promoção da identidade europeia, nacional e regional.

A importância do setor cultural foi assumida através da definição e execução de um único programa operacional que concentrou medidas e ações



Figura 3
Domínio da Cultura nos Programas Comunitários.
Fonte: Elaboração própria.

muito direcionadas e específicas neste domínio. Este programa foi estruturado em dois grandes Eixos Prioritários: o primeiro designado de “Valorização do Património Histórico e Cultural” e o segundo de “Favorecer o Acesso a Bens Culturais”. No primeiro Eixo estavam incluídas as Medidas 1.1. Recuperação e Animação de Sítios Históricos e Culturais e 1.2. Modernização e Dinamização dos Museus Nacionais. No segundo Eixo as medidas eram 2.1. Criação de uma Rede Fundamental de Recintos Culturais, 2.2. Utilização de Novas Tecnologias de Informação para Acesso à Cultura e 2.3. Assistência Técnica.

No total foram apoiados 418 projetos, que se traduziu em 396 milhões de euros de investimento elegível e um investimento FEDER no valor de 248 milhões de euros (62,8% de taxa de cofinanciamento comunitário). Com um total de 177 milhões de euros, no Eixo I foram apoiados 304 projetos (177 materiais e 127 imateriais). O Eixo II representou a execução financeira de cerca de 71 milhões de euros e a aprovação de 114 projetos (21 materiais e 93 imateriais).

A distribuição financeira por regiões portuguesas foi muito diferenciada, contrapondo a região Norte que representou 39,9% do investimento executado a nível nacional e as Regiões Autónomas que, em conjunto, não chegaram a atingir 16%.

A região Centro representou 26,8% do total do investimento executado no POC, com destaque para os projetos apoiados no âmbito da medida 1.1. que representaram mais de 45 milhões de euros. Para este volume financeiro muito contribuíram os projetos de recuperação e de valorização no Património da Humanidade Classificado pela UNESCO que, no período de vigência do POC, ainda estava circunscrito na região Centro ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha. A recuperação de parte destes mosteiros ascendeu aos 3 milhões de euros de investimento FEDER. No entanto, considerando a divisão administrativa atual da região Centro de Portugal e a atualização do património da região classificado pela UNESCO, acrescentamos ainda cerca de 1 milhão de euros relativos às duas fases de recuperação do Convento de Cristo em Tomar e ainda cerca de 667 mil euros de obras na Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, em particular de recuperação do Mosteiro de Santa Cruz e de Conservação do Pórtico Central, Grupo Escultórico e Escadaria da Via Latina - Paço Real das Escolas.

Para além destes projetos, foi ainda apoiada, no âmbito da medida 1.2, a remodelação do Laboratório Químico - Criação do Museu da Ciência que, mais tarde viria também a integrar um dos três nú-

cleos que compõem a área património da humanidade de Coimbra.

Com um investimento menos significativo, foram ainda apoiados, na região Centro, um conjunto de projetos imateriais ligados à valorização e animação do património, bem como à formação e captação de novos públicos. Destacamos a realização dos projetos emblemáticos como “Sons do Património”, da responsabilidade do IPPAR e a “Comemoração dos 650 anos da Morte de Inês de Castro” cuja entidade executora foi a Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC).

Para além deste conjunto de projetos apoiados, importa ainda assinalar que o POC teve como enfoque o apoio a grandes eventos culturais, com destaque para o financiamento de algumas iniciativas que deram estrutura às Capitais Europeias da Cultura. A cidade de Coimbra teve este rótulo nacional no ano de 2003 e contou com a concertação de um conjunto alargado de entidades, das quais se destaca a Câmara Municipal, a Universidade de Coimbra, a Fundação Bissaya Barreto e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Com um investimento FEDER de 2,9 milhões de euros, a DRCC executou um conjunto alargado de eventos que fizeram parte da Programação de Coimbra Capital Nacional da Cultura.

Também esta tipologia de projetos preconiza a interligação entre a cultura e a política de cidade, considerando os espaços urbanos como alavanca do crescimento e coesão territorial.

Na região Centro o apoio financeiro a projetos no âmbito da cultura não se esgota no domínio do POC, uma vez que, no período de 2000-2006, o Programa Operacional do Centro - PORCENTRO foi um complemento significativo para a valorização do património móvel e imóvel do território regional, para além da contribuição de outros recursos nacionais públicos e privados para o desenvolvimento do setor. Assim, no POR Centro foi ainda contemplada a cultura como prioridade de intervenção na Medida III.9 - Cultura. Do conjunto de projetos apoiados destacamos apenas quatro com incidência territorial em Coimbra, em particular na área abrangida pela UNESCO: “Sé Nova de Coimbra - qualificação e Valorização - 1ª fase e 2ª Fase”, da responsabilidade do IPPAR, “Sé Velha de Coimbra - Qualificação e Valorização” também do IPPAR e “Recuperação da Torre de Almedina”, da responsabilidade do município de Coimbra. Estes projetos totalizam cerca de 1,9 milhões de euros de investimento FEDER.

3.2. O QREN - Mais Centro

Na passagem do QCA III para o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o domínio da cultura deixa de ter um programa único para ser considerado como um domínio transversal a todos os Programas Operacionais Regionais. O Programa Operacional Regional do Centro, também designado de MaisCentro, teve o seu período de vigência entre 2007-2013 e procurou definir uma estratégia regional centrada na dinamização do investimento empresarial, na criação e transferência de conhecimento e na valorização do território.

Tendo como prioridade o desenvolvimento equilibrado da região, os objetivos centrais do Programa MaisCentro foram: 1) qualificação e valorização do território; 2) qualificação dos recursos humanos; 3) Inovação e competitividade das empresas; 4) exploração dos recursos e do património da região; 5) melhoria da qualidade do ambiente; 6) cooperação entre os setores e a construção de infraestruturas de desencravamento, no respeito da complementaridade entre os fundos comunitários.

Não havendo um programa específico para a cultura, no MaisCentro os projetos associados a este domínio foram, sobretudo, aprovados no âmbito do Eixo II - Valorização do Espaço Regional, onde se destacam duas medidas cujas prioridades foram a valorização do património cultural e a promoção do acesso a bens culturais e no Eixo III - Coesão Local e Urbana, onde se apoiaram alguns equipamentos culturais mas também onde foram desenvolvidas iniciativas de promoção da competitividade urbana e de regeneração urbana, incluindo a recuperação do património das cidades e a qualificação das redes urbanas.

Assim, no Eixo II foram aprovados dois regulamentos específicos e, de forma consequente, dois avisos de concurso para a apresentação de projetos no domínio da cultura: 1) Património Cultural e 2) Rede de Equipamentos Culturais.

Do conjunto de projetos aprovados no regulamento Património Cultural destacamos um que foi apresentado pela Direção-Geral do Património Cultural com a designação de “Rota dos Mosteiros Património da Humanidade da Região Centro”. Com uma dotação FEDER de mais de 5,3 milhões de euros, este projeto, iniciado em 2009, foi estruturado através de um combinado de intervenções de carácter estruturante nos 3 monumentos da Região Centro classificados pela UNESCO (Alcobaça, Batalha e Tomar). As componentes realizadas em cada um dos monumentos abrangeram ações de salvaguarda e preservação da integridade física, prevenção de

riscos e segurança, bem como ações que permitem conferir aos utentes (visitantes e funcionários) condições adequadas de fruição dos espaços que compõem os circuitos de visita (através da beneficiação da iluminação e das instalações sanitárias, da criação de sistemas de prevenção de incêndios e de canais de evacuação em caso de emergência, entre outros). Todas as componentes realizadas permitiram qualificar os espaços e os circuitos de visita e o apetrechamento de espaços destinados à interpretação destes monumentos, contribuindo para um aumento da procura e para a criação de novos públicos.

No Regulamento específicos Rede de Equipamentos Culturais (REC) os projetos cofinanciados foram sobretudo projetos “físicos” ligados a Arquivos e Bibliotecas Municipais e recuperação de Cineteatros e iniciativas imateriais de “Programação Cultural em Rede” que permitiram uma colaboração estreita (comum) de programação de espaços culturais entre várias instituições da Região (e mesmo com parceiros de outras regiões). Do conjunto destacamos os projetos “Imaginar o(s) Centro(s) - Coimbra”, “ReCENTRAR” ambos da responsabilidade da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra e ainda “Culturbe - Braga, Coimbra e Évora” e “Culturbe - componente centro”, ambos da Escola da Noite. Estes projetos totalizam um investimento FEDER no valor de 1 milhão de euros.

Como complemento aos projetos especificamente do domínio cultural, o Programa MaisCentro teve ainda como desígnio o Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos, sendo este um dos Eixos Prioritários deste programa. Com os objetivos centrais de reforço da identidade da região e valorização dos recursos e a qualificação integrada dos espaços sub-regionais, este Eixo procurou apoiar intervenções de ações de reabilitação urbana, ações para as redes de infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos e, ainda, projetos relativos à mobilidade urbana.

Assim, em termos de Política de Cidades o MaisCentro teve, inicialmente, dois instrumentos essenciais de intervenção urbana. O primeiro correspondeu às Parcerias para a Regeneração Urbana, também designadas de PRU e, o segundo, correspondeu às Redes urbanas para a competitividade e a inovação, designado de RUCI.

O Regulamento Específico das PRU permitiu alcançar um investimento muito equilibrado em todo o território regional, tendo sido privilegiada a constituição de parcerias (cooperação formal de diferentes entidades: municípios e outros atores urbanos)



Pátio da Universidade de Coimbra.



Escadas de Minerva, Universidade de Coimbra.



Recuperação da Rua Larga, Universidade de Coimbra.

Figura 4

Exemplos de intervenções apoiadas pelo MaisCentro (2007-2013).
Fontes: Fotografias dos autores.

que elaboraram e implementaram um Programa de Ação comum de regeneração urbana.

Foram elegíveis nas PRU, 24 centros urbanos de nível superior (definidos no PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território e PNPT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território), onde se incluem as cidades de Coimbra, Alcobaça e Tomar e ainda 34 pequenos centros, onde se inclui a cidade da Batalha, que, apesar de não estarem listados no modelo territorial definido nos Planos Regionais de Ordenamento do Território, possuem um potencial estruturante do território nacional.

No total foram apoiados 423 projetos que envolveram um montante FEDER superior a 202 milhões de euros. Deste conjunto destacamos quatro projetos que representaram investimentos significativos nas cidades onde se localiza o Património classificados pela UNESCO:

1. “Requalificação urbanística intervenção na vila entre Igreja Mariz e Rotunda Cancelas (Cooperativa)”, do município da Batalha, com um investimento comunitário de 379 mil euros;
2. “Pedonalização da Zona Envolvente ao Mercado e Valorização dos Jardins Públicos da Zona do Tribunal - Praça do Município”, do município de Alcobaça, com um investimento FEDER de 1,6 milhões de euros;
3. “Requalificação urbana do centro histórico Praceta Alves Redol e Envolvente”, do município de Tomar e com um investimento FEDER de 388 mil euros;
4. “Requalificação do Pátio da Universidade, das Escadas de Minerva e acessibilidades no Paço das Escolas” da Universidade de Coimbra, com um investimento de 1 milhão euros (Figura 4).

Estas e outras intervenções foram sobretudo de requalificação urbana tendo, algumas das quais, como mencionámos, ocorrido nas cidades em estudo

e, portanto, concorrido para a valorização da paisagem urbana e para a preservação da identidade patrimonial destes territórios.

Para além do Regulamento Parcerias para a Regeneração Urbana, a Política de Cidades estava estruturada no MaisCentro pelo Regulamento específico Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação. Este regulamento procurou continuar a metodologia de trabalho iniciada em programas operacionais anteriores, onde era exigido, para efeitos de participação comunitária, a constituição de parcerias locais. Estas parcerias corresponderam a um processo estruturado de cooperação entre municípios, entidades públicas e entidades privadas que se propuseram a elaborar e implementar, em comum, um Programa Estratégico de desenvolvimento urbano centrado em fatores territoriais de competitividade e inovação.

No MaisCentro foram apoiadas nove Redes Urbanas, que corresponderam a 69 projetos e cerca de 22,5 milhões de euros FEDER. Estas redes estavam alicerçadas numa base territorial e/ou numa base temática e, pela sua evidente incidência temática destacamos apenas os exemplos das Redes constituídas e apresentadas pelos municípios do Entroncamento, de Tomar e Penela com as RUCI “Património Ferroviário Nacional: O Turismo Científico e Cultural como Produto Estratégico”, “Rede de Mosteiros Património da Humanidade” e “Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego” respetivamente.

A Rede de Mosteiros Património da Humanidade foi constituída com o objetivo de ser beneficiária dos fundos comunitários e teve como área de incidência os três grandes temas-chave associados aos 3 grandes conjuntos monásticos, complementares entre si, - a Ordem de Cister (no Mosteiro de Alcobaça), os Campos de Batalha (no Mosteiro da Batalha) e os Templários (no Convento de Cristo). Para além destes conjuntos, o Mosteiro dos Jerónimos foi também um dos lugares elegíveis que, através do IGESPAR,

beneficiou do apoio comunitário, em particular através do financiamento de projetos imateriais de promoção da programação cultural em rede.

A parceria, liderada pelo município de Tomar, foi constituída por um conjunto alargado de entidades públicas dos quais constam os municípios da Batalha e de Alcobça, o Instituto Politécnico de Leiria, o Instituto Politécnico de Tomar e o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IP.

O investimento comunitário deste projeto rondou os 4,2 milhões de euros e foi aplicado em 13 projetos distribuídos pelas seguintes tipologias: 1) Programação cultural anual das cidades em rede, tendo como suporte físico os Mosteiros; 2) Criação de programas de visita e produção de conteúdos de interpretação e 3) Realização de encontros anuais científicos em cada Mosteiro, incidindo sobre a sua especificidade).

Dos projetos apoiados destacamos três de natureza imaterial do IGESPAR “Programação Cultural em Rede nos Mosteiros Património Mundial”, “Produção de conteúdos e apetrechamento de espaços e circuitos para a qualificação e diferenciação da visita aos Mosteiros Património Mundial” e Encontro técnico-científicos nos Mosteiros Património Mundial. No total estes projetos representaram um investimento FEDER de cerca de 575 mil euros. Destacamos também dois projetos de natureza material que, pelo seu volume financeiro e pela sua área de incidência, representam as intervenções de fundo que se procuraram fazer nos centros urbanos no âmbito desta Rede de Mosteiros Património da Humanidade. O município da Batalha foi executor do projeto “Requalificação do Largo D. Henrique”, que representou um investimento FEDER de cerca de 941 mil euros, e o município de Tomar foi responsável pelo projeto “Requalificação Urbana da Envoltente à Ala Norte do Convento de Cristo”, com um montante financeiro de 1,3 milhões de euros.

O município de Penela em parceria com os municípios de Miranda do Corvo, Soure, Pombal, Figueira da Foz, Coimbra e outras entidades regionais como o Instituto Pedro Nunes e a própria Agência de Desenvolvimento Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, candidataram ao MaisCentro o projeto RUCI - Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego. Desta rede apenas destacamos 3 projetos que tiveram incidência na cidade de Coimbra e, em particular, na área classificada pela UNESCO, a saber: “Reabilitação da Torre de Anto para instalação da Casa Museu da Guitarra e do Fado de Coimbra”, “Reabilitação exterior da muralha entre a Torre de

Almedina e a Torre de Anto e respetiva iluminação cénica” e “Reabilitação do troço liberto da muralha da Couraça de Lisboa e respetiva iluminação cénica”. Estes projetos representam um investimento de 400 mil euros no Património da UNESCO - Universidade de Coimbra, Alta e Sofia.

No total, o Programa MaisCentro foi responsável pela aprovação de 514 projetos que contribuíram para a reabilitação, requalificação e dinamização económica, social e cultural das cidades da região Centro. O investimento elegível aprovado correspondeu a mais de 276 milhões de euros, e o investimento FEDER situou-se nos 232 milhões de euros.

3.3. Programa Operacional Regional do Centro - CENTRO 2020 (2014-2020)

No atual período de programação comunitária (2014-2020) o domínio da cultura volta a não ser tratado de forma individualizada, mas sim integrando no conjunto das prioridades de investimento regionais. Isto significa que, para além da questão transversal da requalificação urbanística, o Programa Centro 2020 integra no seu programa estratégico preocupações no âmbito da conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural.

O Programa regional acolhe, à semelhança do Programa anterior, investimentos de reabilitação e regeneração urbana nos centros urbanos de nível superior e nos centros urbanos de nível inferior. Tendo em conta as experiências do passado e os resultados obtidos com as intervenções já apoiadas, o Centro 2020 procurou apoiar de forma criteriosa investimentos que concorram para a qualificação ambiental e urbanística dos espaços urbanos, com reflexos ao nível da coesão social, da competitividade dos territórios e do nível e qualidade de vida das pessoas.

No Centro 2020 distinguimos duas questões fundamentais. A primeira é a delimitação das áreas de intervenção, ou seja, para aceder aos instrumentos de regeneração urbana foi necessário constituir uma área territorialmente delimitada, incidindo em espaços inframunicipais das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU). A segunda é a constituição de um Plano de Ação de Regeneração Urbana, aceite pela Autoridade de Gestão do Centro2020 que, por sua vez deverá ser coerente com a estratégia integrada de desenvolvimento territorial.

Assim, neste contexto, e tendo em conta a tipologia de centros urbanos e a necessidade de serem definidos planos de ação, concorrem ao Eixo 9 do Centro 2020 “Reforçar a rede urbana (CIDADES)”

os grandes centros urbanos que, no caso da região Centro foram divididos em 10 centros urbanos regionais² e 22 centros urbanos estruturantes³ e para o Eixo 7 “Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)” os pequenos centros urbanos, que no caso da região Centro são os restantes 68 municípios.

No âmbito do Eixo 9 foi, inicialmente, aberto um Aviso de Concurso para os centros urbanos de nível superior apresentarem um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). Este plano deveria incluir as seguintes Prioridades de Investimento (PI) definidas no Centro 2020:

- PI 4.5. promoção das estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;
- PI 6.5 adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído;
- PI 9.8 concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

Tendo presente estas Prioridades, os PEDU incluem um Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS); um Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e, ainda, um Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

Com uma dotação inicial de mais de 211 milhões de euros, foram aprovados até abril de 2017 a os Programas Estratégicos dos 32 municípios a concurso.

No âmbito do Eixo 7, com uma dotação inicial de 78 milhões de euros, foi aberto um concurso para os 68 centros urbanos complementares da região Centro apresentarem os respetivos PARU. Estes Planos deveriam mobilizar apenas a PI 6.5, já referida, e deveriam, igualmente, corresponder a um conjunto de ações de regeneração urbana nos centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas, numa área territorial bem delimitada (ARU).

² Na tipologia de centros urbanos regionais estão incluídos os municípios de Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Torres Vedras e Caldas da Rainha.

³ Na tipologia de centros urbanos estruturantes estão incluídos os municípios de Ovar, Ílhavo, Águeda, Cantanhede, Pombal, Marinha Grande, Mangualde, Tondela, Seia, Gouveia, Oliveira do Hospital, Ourém, Tomar, Torres Novas, Entroncamento, Abrantes, Alcobaça, Nazaré, Óbidos, Peniche, Alenquer e Fundão.

Neste sentido, e no que diz respeito à política de cidades, os municípios de Alcobaça, Batalha, Coimbra e Tomar têm continuado a beneficiar dos fundos comunitários, uma vez que são, mais uma vez, entidades líderes de uma estratégia local e intermunicipal de reabilitação urbana e patrimonial, potenciando, de forma indireta, a coesão económica, social e territorial de toda a região Centro.

Para além das prioridades referidas e que estão centradas na revitalização e conservação das cidades da região Centro de Portugal, o Centro 2020 assumiu como sendo uma das suas prioridades estratégicas a conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural. Aliás, o património cultural torna-se, no atual período de programação financeira, um dos domínios que, de forma clara, contribui para a sustentabilidade dos territórios, para a diminuição das assimetrias e para o reforço da coesão territorial. A cultura passa a ter uma vertente económica e a contribuir, de forma decisiva, para a coesão não só económica, mas também social e territorial, conforme está assinado na Estratégia da Europa 2020.

Trata-se de um compromisso assumido por Portugal ao nível europeu no domínio da cultura, em particular no que diz respeito ao aumento do número de visitantes no nosso país, associado ao aumento do número de turistas e da sua estada média. Neste contexto, o Centro 2020 pretende contribuir para posicionar a região Centro como destino turístico de excelência, contribuindo, de forma direta ou indireta, para a preservação dos valores naturais e culturais, por via da sua promoção e da sua valorização turística, enquanto fatores de competitividade no modelo regional de desenvolvimento económico.

Os objetivos correspondem, na prática, a quatro níveis de investimento:

1. Incrementar o turismo cultural;
2. Criar emprego e riqueza, valorizando os equipamentos associados ao património;
3. Alargar os potenciais beneficiários e a captação de fluxos turísticos, dinamizando os espaços culturais existentes através de uma programação em rede;
4. Aumentar a capacidade de atração de visitantes das áreas classificadas, melhorando o apoio aos visitantes e divulgando os seus valores e recursos.

Tendo presente as prioridades definidas no domínio da cultura, o Centro2020 promoveu, até abril

de 2017, a abertura de um Aviso de Concurso específico para o Património da UNESCO.

Assim, na vertente imaterial, foi publicitado um Aviso/Convite para a Promoção do Património da UNESCO, com a dotação FEDER de 2 milhões de euros, que resulta do entendimento entre a Autoridade de Gestão do Programa e o Turismo Centro de Portugal, no sentido de ser criado um produto turístico integrado associado aos Lugares Património Mundial do Centro. O objetivo deste convite consiste em conceder apoios financeiros a ações que visem promover e dinamizar o Património Mundial da UNESCO, enquanto instrumento de diferenciação e competitividade dos territórios, designadamente enquanto referências regionais de excelência que alavanquem a animação e a efetiva qualificação da oferta turística que os integra. Para atingir estes objetivos, o Centro2020 considera que é relevante a criação de um produto turístico que atente a produção artística em rede e que envolva os agentes culturais regionais, nacionais e internacionais. Considera ainda relevante a criação de novos públicos, com a participação do sistema empresarial, educacional e científico, e das práticas de aproximação aos fatores identitários, pelo envolvimento das comunidades locais.

As tipologias de ações a concurso devem ser:

- Inventariação, divulgação e animação do património e da rede de equipamentos culturais;
- Promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;
- Apoio à realização de eventos associados ao património; à cultura e a bens culturais, com elevado impacto em termos de projeção da imagem da região, através da promoção em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado;
- Divulgação e integração territorial, através de iniciativas de cooperação territorial e institucional que permitam integrar a programação cultural, as visitas guiadas e a divulgação de equipamentos, bens culturais e serviços prestados.

Para a apresentação de projetos deverá ser o Turismo Centro de Portugal a entidade líder que assumirá a função de coordenador técnico e interlocutor com o Centro 2020 e as outras entidades regionais como os municípios de Alcobça, Batalha, Coimbra e Tomar; a Universidade de Coimbra e a

Direção-Geral do Património Cultural e a Direção Regional de Cultura do Centro.

Remate

A definição de políticas públicas, no setor cultural, ao longo dos quadros comunitários, tem utilizado várias arquiteturas. Embora o programa específico do setor da cultura apresente vantagens, designadamente como a coerência das intervenções, também são apontadas algumas desvantagens relacionadas com dificuldades de relacionamento entre os setores e as restantes políticas públicas das cidades e do empreendedorismo.

A abrangência das políticas urbanas nos diferentes quadros comunitários de apoio tem vindo a sofrer significativas alterações que, pensamos, irem ao encontro das sucessivas mudanças nos espaços urbanos.

De forma contínua, e depois de terem sido efetuados os grandes investimentos em infraestruturas de base, onde incluímos as de saneamento ou de eletricidade, por exemplo, os programas comunitários têm vindo a atribuir uma importância acrescida às questões da sustentabilidade e da coesão urbana. Para tal, a metodologia de aplicação dos fundos comunitários deixou de estar centrada em projetos isolados, mas sim no apoio a projetos que estejam integrados num plano estratégico de desenvolvimento urbano, circunscritos a uma área geográfica delimitada e que estejam concertados com um conjunto alargado de atores locais. Procura-se, cada vez mais, a definição de planos inclusivos e coerentes que resultem da união entre todos os atores locais.

Desta parte, no âmbito da política de cidades têm sido apoiados projetos estruturantes de reabilitação e de regeneração urbana, em particular nas cidades onde o Património da UNESCO é estruturante e diferenciador como Alcobça, Batalha, Coimbra e Tomar.

A análise dos investimentos mostrou a importância da cultura e do Património da UNESCO nas políticas públicas, dos últimos vinte anos, na Região Centro. Destacamos o envolvimento progressivo de redes e parceiros na gestão dos projetos apoiados. A diversidade regional, em termos de desenvolvimento, é acompanhada por diferentes fases de maturidade em termos culturais (produção artística, equipamentos, espaços culturais, criatividade e identidade). A integração e interdependência entre a cultura, os restantes setores económicos, a sociedade e a coesão territorial são os grandes desafios na definição e execução das políticas públicas.

Bibliografia

- Augusto Mateus & Associados - Sociedade de Consultores (2013). *A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa*. Cultura 2020. Lisboa: GEPAC/SEC.
- Bowitz, Einar & Ibenholt, Karin (2006). Economic Impacts of cultural heritage - research and perspectives. *ECON Analysis*. Disponível em: http://niku.no/filestore/Landskap/Rapporter_og_artikler/WP-2006-003EBOEconomicImpactsOfCulturalHeritage-researchandperspectives3.pdf, acedido em 23 de março de 2017.
- CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (2014). *E-Coesão*. Cultura 2020. Lisboa: GEPAC/SEC
- Florida, Richard & Gates, Gary (2001). *Technology and Tolerance: The Importance of Diversity to High-Technology Growth*. Center on Urban and Metropolitan Policy. Washington DC: The Brooking Institution.
- GANEC - Gabinete de Análise Económica (2014). *Cultura e Desenvolvimento: Um Guia Para os Decisores*. Cultura 2020. Lisboa: GEPAC/SEC.
- ICS, FLUP & CIES (2014). *Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores, Comparação internacional*. Cultura 2020. Lisboa: GEPAC/SEC.
- INE (2016). *Estatísticas da Cultura 2015*, Lisboa: INE, I.P.
- IGOT-UL - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Lisboa (2014). *Fundos Estruturais e Cultura no Período 2000-2020*. Cultura 2020. Lisboa: GEPAC/SEC.
- Lorentzen, Anne; Hansen, Jahn & Lassen, Claus (2007). *Small cities in the experience economy: An evolutionary approach*. Paper apresentado na Regional Studies Association conference 2007: Regions in focus, 2 a 5 de abril de 2007, Lisboa, Portugal.
- Sacco, Pier Luigi (2011). *Culture 3.0: A New Perspective for the EU 2014-2020 Structural Funds Programming*. European Expert Network on Culture (EENC), OMC Working Group on Cultural and Creative Industries.
- Universidade do Algarve (2014). *Património e Território*. Cultura 2020. Lisboa: GEPAC/SEC.